

## **LEI Nº 5.625, de 1º de junho de 2021**

***Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção ou remissão do Imposto Territorial Urbano/IPTU incidente sobre os imóveis vinculados aos estabelecimentos atingidos pela suspensão dos Alvarás ou pela suspensão de funcionamento em decorrência da pandemia do coronavírus COVID-19 no Município***

A Câmara Municipal de Itaúna decreta e eu, Alexandre Magno Martoni Debique Campos, promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção ou remissão do Imposto Territorial Urbano/IPTU sobre os imóveis vinculados aos estabelecimentos atingidos pela suspensão dos Alvarás ou pela suspensão de funcionamento em decorrência da pandemia do coronavírus COVID-19 no Município.

§ 1º Os benefícios serão concedidos em relação ao crédito tributário relativo ao exercício fiscal subsequente ao do período da ocorrência da suspensão dos Alvarás ou pela suspensão de funcionamento e proporcionais ao período da suspensão.

§ 2º A administração Pública Municipal ao implementar as medidas dessa Lei destinará recursos específicos em suas leis orçamentárias, principalmente quanto Receitas referentes à própria pandemia do coronavírus COVID-1.

**Art. 2º** Caberá aos interessados em obter a remissão ou isenção do IPTU registrar o pedido para solicitar a isenção ou remissão junto a Administração Pública Municipal.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna, em 1º de junho de 2021.

**Alexandre Magno Martoni Debique Campos**  
*Presidente da Câmara Municipal*